

**OS LIMITES DA ATUAÇÃO ESTATAL EM FACE DA
AFETIVIDADE: O RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO
DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DAS FAMÍLIAS
POLIAFETIVAS COMO FORMA DE TUTELA DO INSTITUTO
FAMILIAR E DE SEUS INTEGRANTES**

THE LIMITS OF STATE ACTION IN THE FACE OF THE
AFFECTIVENESS: THE RECOGNITION AND PROTECTION OF
POLYAFFECTIVE FAMILIES AS A FORM OF TUTELAGE OF THE
FAMILY INSTITUTE AND ITS MEMBERS

*Diego Fernandes Vieira**
*José Sebastião de Oliveira***

* Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas pelo Centro Universitário de Maringá –Unicesumar – Bolsista do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP/ CAPES); Graduado em Direito pelo Centro Universitário de Maringá – Unicesumar; Graduando em Administração pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi; Integrante do Grupo de Pesquisa: "Reconhecimento e garantia dos direitos da personalidade". E-mail: diego.vieira_180@hotmail.com

**Pós-doutorado em Direito pela Universidade de Lisboa; Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP; Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina - UEL; Docente aposentado de Direito Civil da Universidade Estadual de Maringá – UEM; Docente de Direito Civil do Centro Universitário de Maringá – Unicesumar; Docente do Curso de Mestrado em Ciências Jurídicas do Centro Universitário de Maringá – Unicesumar; Membro do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, sociedade científica do Direito no Brasil; Advogado na Comarca de Maringá. E-mail: drjso@brturbo.com.br

Como citar: VIEIRA, Diego Fernandes; OLIVEIRA, José Sebastião de. AO LIMITES DA ATUAÇÃO ESTATAL EM FACE DA AFETIVIDADE: O RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DAS FAMÍLIAS POLIAFETIVAS COMO FORMAS DE TUTELA DO INSTITUTO FAMILIAR E DE SEUS INTEGRANTES. **Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania – IDCC**, Londrina, v. 4, n. 2, p 59-75, dez, 2019. ISSN: 2596-0075.

<https://doi.org/10.48159/revistadoidcc.v4n2.vieira.oliveira>

Resumo: O presente artigo tem por objetivo investigar os limites da atuação estatal em face da constituição da família e analisar os princípios e normativas constitucionais e infraconstitucionais concernentes ao tema sob a ótica da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que vedou a lavratura de escrituras públicas de reconhecimento de uniões poliafetivas, o que acaba por interferir de forma palpável na autonomia de vontade do indivíduo. Assim, optou-se pela metodologia de levantamento bibliográfico e de análise documental para o exame da decisão proferida diante do pedido de providências nº 0001459.08.2016.2.00.000 do CNJ e sua possível afronta não somente a questões de direito privado, mas também a princípios constitucionais e internacionais, direitos intrínsecos e de grande valia para a dignidade humana e para o exercício da liberdade das pessoas naturais. Visto que esta, além de não entender a real natureza de uma união estável, ainda marginaliza e exclui os

integrantes destas relações poliafetivas, reafirmando o discurso de ódio e preconceito que já os prejudica em outras searas da vida.

Palavras-chave: Afetividade. Família. Poliafetividade. Proteção. Reconhecimento.

Abstract: The purpose of this article was to discuss the limits of public and private individuals in view of the constitution of the family, observing also the constitutional and infraconstitutional principles and regulations, since recently there was a decision of the National Council of Justice where it vetoed the drafting of public deeds of poliaffective unions, tangibly interfering in the will autonomy that is one of the pillars of Family Law. Opting for methodologies of bibliographic survey and documentary analysis. Arriving at the conclusion that the decision given to CNJ application 0001459.08.2016.2.00.0000 is an affront not only in matters of private law, but also constitutional and international principles, intrinsic rights and of great value for the exercise of freedom of the natural people. For besides not understanding the real nature of a stable union, it still marginalizes and excludes the members of these poly-affective relations, reaffirming the discourse of hatred and prejudice that already harms them in other areas of social life.

Key-words: Affectivity. Family nucleus. Information Society. Protection. Responsible parenting.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira de 05 de outubro de 1988, considerada sendo uma Constituição dita cidadã, que inaugurou uma nova perspectiva legal, se desvinculando de certa forma do verde capitalista, para ir em direção às cores que simbolizam a relevância da pessoa em sua individualidade e em meio à coletividade. O referido texto legal reconhece o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III) como base para os direitos fundamentais, observando também a afetividade, que está intrinsecamente ligada ao princípio da dignidade humana.

E é neste contexto legal que a entidade familiar se fundamenta e se modifica, por meio da liberdade individual, do livre exercício de sua sexualidade e da autodeterminação, uma vez que esta não mais se resume à procriação e passa a valorizar afetividade e a busca pela felicidade de seus integrantes.

Desta forma, é evidente que as relações familiares nunca foram e nunca vão ser algo petrificado no tempo. Assim, se faz necessário um olhar dinâmico e aberto para se entender as diferentes formas de afeto e de constituição familiar atuais, não podendo o Direito de Família se prender a valores tradicionais discriminatórios e que tentam moldar toda a sociedade aos ditames da heteronormatividade, visto que é necessário entender que, independentemente da legislação ou dos impedimentos morais, o afeto e a autonomia de vontade do indivíduo se relacionar com quem e com quantas pessoas quiser sempre irá prevalecer.

O reconhecimento das famílias poliafetivas é um dos temas em voga no âmbito do Direito de família, visto que esta “nova” configuração familiar reclama pelos direitos e efeitos jurídicos de união estável, formada por duas pessoas, e que se equipara ao casamento civil.

A poliafetividade vai contra todos os ensinamentos heteronormativos que se perpetuaram durante séculos e foge dos ensinamentos religiosos e românticos que envolvem o relacionamento afetivo-amoroso fundado nas relações monogâmicas.

As famílias poliafetivas se constituem pelos mesmos objetivos almejados por qualquer outra família, a única diferença é a quantidade de pessoas envolvidas nesta relação, que é formada por três ou mais pessoas. Estas entidades familiares, apesar do que muito se imagina, não estão voltadas somente à questão sexual, mas também estão fundamentadas no afeto, na livre vontade de constituição familiar e na comunhão de vida.

Como visto, o amor e a afetividade vêm tomando espaço e relevância nos debates sociais e jurídicos, especialmente diante da importância destes fatores para o desenvolvimento individual de cada pessoa e, conseqüentemente, de toda a sociedade.

Mas, como em todo debate, existe uma parcela da sociedade que ainda se recusa a aceitar as uniões poliafetivas como verdadeiras entidades familiares, tanto que o Conselho Nacional de Justiça – CNJ decidiu em 26 de junho de 2018 sobre o pedido de providência número 1459-08.2016.2.00.0000, tendo como decisão final a proibição do registro de escritura pública de uniões

oliafetivas.¹

A proibição de tais registros feita pelo CNJ aos tabelionatos de notas, somente reafirma a intervenção desmedida de entes privados e públicos no âmbito familiar e na manifestação da vontade individual. Além disso, mesmo que a proibição se limitou apenas ao ato de reconhecimento em cartório destas uniões, tal decisão vai contra tudo o que um Estado Democrático de Direito preceitua.

É deveras preocupante esta atitude estatal diante do controle da liberdade e da autonomia privada, uma vez que interfere nos relacionamentos afetivos e na constituição de núcleos familiares, âmago que cabe ao Estado regular.

Logo, a razão da proibição ao reconhecimento destas relações poliafetivas funda-se em muito além do que uma simples omissão legislativa, mas em questões preconceituosas, no conservadorismo exacerbado e todo um discurso heteronormativo que visa somente marginalizar tais manifestações de vontade e modo de se viver, das pessoas neste início de século XXI.

Desta forma, cabe ao Direito se adaptar à evolução social e não ficar inerte diante do cenário legislativo e das claras violações a princípios fundamentais constitucionalmente proclamados. Já que não é plausível que este continue interferindo na manifestação de vontade de particulares, que não intentam nenhum ato ilícito, pelo contrário, apenas lutam pelo reconhecimento de sua forma de amor e de afeto e para que tenham seus direitos garantidos.

1 DA MUTABILIDADE DO INSTITUTO FAMILIAR E SUAS NUANCES CONTEMPORÂNEAS

As relações humanas nunca seguiram uma fórmula perfeita de felicidade e de harmonia e nunca houve uma sociedade em que todos fossem exatamente iguais no seu modo de viver e de se determinar em termos de comportamento humano. Com o passar dos tempos, questões envolvendo a moral, os costumes e os valores, vão se modificando conforme a necessidade e o clamor social. Como leciona Maria Berenice Dias despona que, “as relações familiares são as mais sujeitas a mutações, pois regidas por costumes que se alteram cada vez em maior velocidade.”²

Referidas transformações sociais também abrangem as famílias e, mesmo que culturalmente se tenha perpetuado a relação hétero-monogâmico ao longo dos séculos, constituída através do casamento laico e religioso, esta não se mostra como a única possibilidade de relacionamento afetivo humano³, visto que, cada pessoa busca sua felicidade e contemplação como indivíduo humano de maneiras diversas e não de forma robótica e padronizada.

Esta ideologia que se enraizou na hierarquização das sexualidades, que eleva a um

1 Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87073-cartorios-sao-proibidos-de-fazer-escrituras-publicas-de-relacoes-poliafetivas>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

2 DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade – o que diz a Justiça!**: as pioneiras decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que reconhecem direitos às uniões homossexuais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 12-13.

3 LEHFELD, Lucas de Souza; SANTOS, Luis Ricardo Bykowski dos. A união poliafetiva na literatura, no cinema e na vida real. **Anais do CIDIL**, v. 2, p. 497-517, 2017, p. 500.

patamar superior a hetero-cis-sexualidade e que contribui de forma exponencial para tratamento diferenciado e hostil às pessoas que expressam sua sexualidade de forma não convencional. E é por esta razão que se evidencia no meio social uma certa resistência, violência, seja ela verbal, física e/ou simbólica, que tenta deslegitimar o que não estiver de acordo com esta sexualidade imposta pelo legislador e pela moralidade, rebaixando as outras como sendo inferiores ou até mesmo anormais.⁴

Apesar de todo este preconceito, o que ocorre na atualidade é um evidente alargamento da proteção jurídica do instituto familiar, em razão do reconhecimento social dos vínculos afetivos que, desta maneira, afastaram a necessidade do selo da oficialidade matrimonial para constituição das famílias, diante do reconhecimento da união estável, das famílias monoparentais e, até mesmo, das famílias homoafetivas.

Na lição do jurista Luiz Edson Fachin, tem-se que:

A procriação deixa de ser a finalidade primeira. Há famílias assentadas no casamento, sem filhos. A coabitação passa também a ser discutida se é ou não um elemento fundamental para estatuir um conjunto de deveres. Basta olhar pessoas que se matrimonializam e se distanciam em face de suas atividades profissionais, residem ou têm domicílios à distância.⁵

A Carta Magna de 1988 de várias formas é um marco inovador no ordenamento jurídico, visto que trouxe inúmeras transformações envolvendo tanto o direito público como o privado. E que concerne à família, referido ordenamento jurídico veio a se transformar e impôs a igualdade material e formal perante a administração da família, seja ela heterossexual, seja ela homoafetiva. Isto só foi possível, em razão da evolução do pensamento humanístico, em primeiro lugar levando o legislador constituinte a aceitar o princípio da dignidade humana como uma proteção especial as pessoas, e em segundo lugar os movimentos feministas e a globalização, que permitiu que houvesse novas nuances de força, que radicalizou a estrutura social anterior.⁶

E, mesmo que receba inúmeras críticas, com este alargamento do instituto familiar pelo direito, que muitos ainda sustentam ser a decadência da família, esta instituição passa a ser formada pelo afeto e pelo livre exercício da liberdade individual e sexual, que não está em seu declínio, mas passa por uma repersonalização, objetivando os interesses mais importantes das pessoas, que são o afeto, a solidariedade, a lealdade, a confiança, o respeito e o amor.⁷

Logo, família não é só pai, mãe, filho. O instituto denominado “família” hodiernamente é formado inicialmente por pessoas, indivíduos que se amam e se identificam como sendo uma família, que se ajudam e se completam. A família na contemporaneidade vai muito além do lugar de

4 CAZELATTO, Caio Eduardo Costa; CARDIN, Valéria Silva Galdino. O discurso de ódio homofóbico no Brasil: um instrumento limitador da sexualidade humana. *Revista Jurídica Cesumar-Mestrado*, v. 16, n. 3, p. 919-938, 2016, p. 929.

5 FACHIN, Luiz Edson. **Teoria crítica do direito civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, p. 48.

6 SOUZA, Lara Marcelino de; RÊGO, Lorena Nogueira. Contornos jurídicos, filosóficos e sociais da monogamia: paradigmas do poliamor no direito de família. *Revista FIDES*, v. 4, n. 2, p. 184-202, 2013, p. 186.

7 DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 42.

realização individual afetiva, despatrimonializada. “A repersonalização de suas relações revitaliza a união familiar, em todas as suas manifestações sociais e não apenas a oficial, que renasce com outros fundamentos.”⁸

Logo, se o afeto é fundamento da família, e o que a caracteriza é o *animus* de reciprocidade afetiva, não pode uma mera legislação negar direitos às pessoas, pelo simples fato delas não estarem no molde heteronormativo imposto. “Não cabe ao Estado, quer por meio de sua jurisdição, quer pelo seu Legislativo, institucionalizar essa forma de discriminação.”⁹

Tendo o Estado o dever de ampliar a liberdade individual e de diminuir a interferência que atinge o instituto familiar, restringindo sua atuação apenas às questões que necessitam de sua interferência. O que significa dizer que o Estado não pode interferir na formação das famílias, posto que isso cabe exclusivamente às pessoas que estão envolvidas na relação familiar.

A normativa constitucional conferiu especial proteção à família, que é um dos pilares sociais, independentemente da forma de sua composição. Neste sentido, compreende Maria Berenice Dias:

Com a Constituição Federal, as estruturas familiares adquiriram novos contornos. [...] A partir do momento em que as uniões matrimonializadas deixaram de ser reconhecidas como a única base da sociedade, aumentou o espectro da família. O princípio do pluralismo das entidades familiares é encarado como reconhecimento pelo Estado da existência de várias possibilidades de arranjos familiares.¹⁰

Coloca-se em risco na atualidade alguns direitos de uma minoria pelo simples fato de se reproduzir no cenário social um discurso de ódio contra arranjos familiares que não obedecem a regra da unicidade relacional afetiva amorosa projetada pela relação monogâmica. O referido discurso chancela outras manifestações discriminatórias, e desta forma a disseminação desse *hate speech* prejudica não somente as pessoas para as quais tal discurso é direcionado, mas toda uma convivência e coexistência desses grupos sociais com os demais, formando assim um ambiente agressivo, preconceituoso e intolerante com aquilo que é diferente.¹¹

Desta forma, o reconhecimento por parte do Estado das novas configurações familiares colaboraria com os princípios constitucionais e minimizaria a perpetuação do preconceito e da estigmatização dessas famílias poliafetivas e de todos os seus integrantes. O que se conclui é que não cabe aos órgãos administrativos ou, até mesmo ao legislativo, dizer o que é ou não uma família, mas simplesmente reconhece-las, como também as suas consequências jurídicas.

8 LOBO, Paulo Luiz Neto. O direito de família e a Constituição de 1988 [coord. Carlos Alberto Bittar]. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 233.

9 SOUZA, Lara Marcelino de; RÊGO, Lorena Nogueira. Contornos jurídicos, filosóficos e sociais da monogamia: paradigmas do poliamor no direito de família. **Revista FIDES**, v. 4, n. 2, p. 184-202, 2013, p. 199.

10 DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 56.

11 OLIVA, Thiago Dias. **Minorias sexuais e os limites da liberdade de expressão**: o discurso de ódio e a segregação social dos indivíduos LGBT no Brasil. Curitiba: Juruá, 2015. p. 67.

2 DOS LIMITES DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA FAMÍLIA E O RESPEITO AO ARTIGO 1.513 DO CÓDIGO CIVIL

A família é um instituto de grande importância social, e deve o Estado e toda a sociedade primar pelo seu bem-estar e segurança. Sendo um dever estatal promover políticas públicas e incentivar a convivência familiar e os laços afetivos entre as pessoas que se encontram neste contexto afetivo familiar.

Contudo, tais intervenções de direito público e privado na família deve sempre estar em observância das normas que regem o Estado democrático de direito, não se podendo permitir intervenções arbitrárias e excessivas neste ambiente que já é deveras frágil e complexo.

Houve de fato um reconhecimento pela Carta Constitucional de 1988 da igualdade entre homens e mulheres, da mesma forma para com os filhos, que passaram a não ter mais qualquer distinção de tratamento. O legislador ainda fez questão de reconhecer as outras entidades familiares que há anos já se perfaziam na sociedade, como por exemplo a união estável e a família monoparental. E, desta forma, estabeleceu que referidos relacionamentos têm como elementos fundantes o afeto, a solidariedade e a reciprocidade de ajuda, ficando a procriação e as questões patrimoniais em segundo plano.¹²

O princípio da não-intervenção ou liberdade também fora consagrado constitucionalmente para, desta forma, garantir a todas as pessoas a própria liberdade de escolher o que melhor lhes satisfaça, poder escolher verdadeiramente com quem e com quantas pessoas querem se relacionar, se pretendem ou não constituir uma comunhão de vida familiar, e de que forma isso deve se perfazer.

Não pode assim, terceiro querer determinar o modo de vida de outrem, ou interferir em questões estritamente particulares e subjetivas, que envolvem somente a pessoa e a outra(s) pessoa(s) com quem está se relacionando. E caso isso ocorra, é evidente o descumprimento a inúmeros princípios e normas vigentes.

Todavia, mesmo com tantas normativas protecionistas e garantidoras, o CNJ diante do julgamento do Pedido de Providências 0001459-08.2016.2.00.0000, concluiu por proibir os cartórios de todo o Brasil de lavrar certidão onde conste qualquer tipo de união poliafetiva. Em acórdão datado de 26 de junho de 2018, que consignou em ementa, este órgão se manifestou com argumentos preconceituosos e sem qualquer fundamentação legal e lógica, posto que sustentaram que sociedade civil ainda não está suficientemente madura para entender a relação de poliamor. Vetando de forma expressa a lavratura de escrituras públicas declaratória de união poliafetiva nos autos do pedido de providências formulado pela ADFAS – Associação de Direito de Família e das Sucessões.¹³

Em relação a esta decisão, identifica-se um equívoco básico, uma nítida falta de entendimento do que seria uma união estável e sua natureza jurídica, porque uma união estável não se constitui por meio de um documento lavrado em cartório, por um ato. Uma união estável se constitui por

12 Cf art. 226, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal.

13 MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, 28.

intermédio das vontades das partes e de suas atitudes do cotidiano, sendo um fato social. Não podendo o Poder Público se negar a sua constituição, pois isto não é de sua competência, já que a proibição de lavratura de escritura pública não impedirá e nem mudará a natureza fática que é a união estável.

A única coisa que se provou com esta decisão do CNJ foi o discurso homofóbico e hipócrita de parcela da sociedade. Francielle Lopes Rocha e Valéria Silva Galdino Cardin sustentam que este discurso é só mais um instrumento de exclusão social perante aqueles “[...] que transpõem as barreiras do modelo hetero-cisnormativo, elencado como manifestação legítima e sadia do exercício da sexualidade” razão pela qual “sofrem com a discriminação, o preconceito e a exclusão social.”¹⁴

A poliafetividade atinge tão diretamente estes “valores” que é quase vista como algo criminoso e abominável. Falar que a sociedade não está pronta para o poliamor, é conferir poder a terceiro de determinar a vida de outrem. Os únicos que devem se sentir prontos para um poliamor são os envolvidos nele e ninguém mais. Esta situação só reforça questões que colocam a “heteroafetividade como um padrão de verdade, normalidade e naturalidade, em outras palavras, reveste as demais sexualidades não padronizadas pelas forças sociais vigentes como algo patológico.”¹⁵

Logo, não deve prosperar tal entendimento e, muito menos a referida vedação, em razão de esta viola direitos da pessoa humana, fere princípios constitucionais e de direito de família, além de prejudicar somente as pessoas envolvidas na poliafetividade e não beneficiar ninguém. O afeto permite às entidades familiares repersonalizar as relações sociais, focando-se sempre na dignidade humana e na realização subjetiva de cada indivíduo. Logo este que tem que ser a bússola moral para as decisões envolvendo a família, e não questões religiosas ou heteronormativas.

Isto se reflete na normativa do art. 1.512 do Código Civil vigente, que estipula esta proibição às para as pessoas de direito público ou privado, de interferir na constituição de uma família¹⁶. Este artigo traz a essência deste tópico, pois independentemente do que as pessoas de direito público e/ou privado pensam ou achem que é o certo, não cabe a estes interferir na vida privada de outrem, de determinar a forma e modo de que se deve uma família ser constituída. “Esta é a diretriz que determina que o Estado ou qualquer pessoa jurídica de direito privado não poderá intervir ou restringir a individualidade e a autonomia da vontade dos seus administrados.”¹⁷

Todas as formas de luta que tentam minimizar a discriminação são válidas, pois a busca de um real reconhecimento de outras maneiras de constituição familiar induziu o direito a se moldar por todo o mundo, “tais acontecimentos são o cerne da família poliafetiva a ser considerada como

14 ROCHA, Francielle Lopes; CARDIN, Valéria Silva Galdino. Do discurso do ódio contra as minorias sexuais como um instrumento de exclusão social. In: SIQUEIRA, Dirceu Pereira; AMARAL, Sérgio Tibiriça (Org.). **Democracia, Liberdade e Justiça Social: Fundamentos para uma teoria jurídica do reconhecimento**. Biriçuí: Boreal, 2015. P. 193.

15 CAZELATTO, Caio Eduardo Costa; CARDIN, Valéria Silva Galdino. O discurso de ódio homofóbico no Brasil: um instrumento limitador da sexualidade humana. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 16, n. 3, p. 919-938, 2016, p. 930.

16 BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**, Brasília, DF, jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

17 PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais norteadores do direito de família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

um tipo de entidade familiar no seio da sociedade.”¹⁸

Assim, o texto tanto constitucional como infraconstitucional protege de forma implícita das famílias poliafetivas, o que se tem que entender agora são os limites que cada pessoa pública ou privada tem em face da família. E por fim, valorizar mais a afetividade humana, e a felicidade individual e não ceder para ultrapassados valores heteronormativos que só tendem a violar direitos e não proteger.

3. DA APLICAÇÃO E EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE EM RESPEITO A DIGNIDADE HUMANA

Os contornos da atualidade colocaram em evidência a importância do relacionamento humano para com o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo e para toda a coletividade. Diego Costa Gonçalves elenca que um dos atributos da pessoa, é a sua natureza relacional, o relacionamento com o outro que também faz parte do que cada pessoa é, e não simplesmente resumindo a pessoa em sua existência ontológica, mas também englobando a sua relação com os demais¹⁹, no meio social onde tem e desenvolve a sua vida.

Os valores como a liberdade e a afetividade não podem simplesmente ser palavras escritas em um papel, mas devem se concretizar no mundo fático, para que haja uma verdadeira democratização dos sentimentos e um alargamento do antigo e já ultrapassado conceito de família que se encontra no texto legal da Constituição Federal (art. 226, § 3º) e do Código Civil (art. 1.723).

A poliafetividade é um fato social, e não pode o direito achar que o seu não reconhecimento como entidade familiar irá fazer com que ela não exista. A negação inicial diante desta “nova” forma de afeto, é deveras semelhante com o que as famílias homoafetivas enfrentaram até terem seus direitos e deveres reconhecidos na sociedade brasileira por meio do julgamento da ADPF 132 e da ADI 4277.

O elemento afeto é o mesmo, seja para as famílias heteroafetivas, homoafetivas ou poliafetivas, uma vez que em todas estas se encontrará o elemento basilar da constituição familiar e pressuposto necessário para que o relacionamento seja tutelado pelo Direito de Família. Pode-se conceituar a poliafetividade como sendo uma união estável constituída por mais de duas pessoas, e sendo aceita por todas, envolvendo uma comunhão plena de vida. “A realidade das uniões poliafetivas, também denominadas de “poliamor”, expressão nova e que de igual forma define o relacionamento afetivo entre três ou mais pessoas.”²⁰

Assim, o que deve importar não é a quantidade de membros que uma relação tem, ou qual

18 ROSA, Angelica Ferreira; DE OLIVEIRA, José Sebastião. AS RELAÇÕES POLIAFETIVAS SÃO PERMITIDAS NO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO?. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho - PR, n. 26, p. 197-218, ago. 2017. ISSN 2317-3882, p. 207. Disponível em: <<http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/871>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

19 GONÇALVES, Diogo Costa. *Pessoa e Direitos de Personalidade*. Coimbra: Almedina, 2008, p. 64.

20 LEHFELD, Lucas de Souza; SANTOS, Luis Ricardo Bykowski dos. A união poliafetiva na literatura, no cinema e na vida real. *Anais do CIDIL*, v. 2, p. 497-517, 2017, p. 499.

é a orientação sexual dessas pessoas, mas sim, se existe o afeto, conjuntamente a finalidade de constituir uma vida em comunhão e todos os outros elementos que configuram uma união estável, quais sejam a estabilidade, notoriedade, continuidade e unicidade de vínculo.²¹

Por raciocínio lógico, a poliafetividade é capaz de originar uma genuína instituição familiar, capaz de dar suporte para o desenvolvimento de seus membros e ainda refletir de forma positiva para a sociedade, devendo o Estado possibilitar as elas mesmas garantias normativas que permeiam a família monogâmica.²²

Pode-se vislumbrar pro meio dos ditames de Rafael da Silva Santiago, que através da poliafetividade:

Tem-se um verdadeiro casamento – ou união estável – só que com uma única diferença: o número de integrantes. Isso significa que o tratamento jurídico que deve ser conferido à polifidelidade é idêntico ao tratamento estabelecido às famílias oriundas do casamento, da união estável, monoparentais, recompostas, enfim, o mesmo tratamento deferido às demais entidades familiares reconhecidas pelo Direito, tendo como única diferença o número de integrantes.²³

Em relação à capacidade da pessoa para integrar uma relação poliamorosa, aponta-se que qualquer pessoa que possa ter uma união estável, poderia de fato fazer parte de uma união poliafetiva, visto as similaridades dos institutos, observando-se sempre a capacidade civil em conjuntamente com as especificidades desta entidade familiar e a anuência de todos os integrantes.²⁴

A afetividade não é apenas um sentimento. Para o direito, a afetividade também é um princípio que deve nortear a interpretação das normas e permear todas as questões jurídicas e sociais, principalmente no cenário familiar. De forma alguma se pode permitir a diferenciação de pessoas embasada em sexualidade ou na forma com que se concebe uma união, se referidas pessoas possuem a mesma residência ou não, se pensam em exercitar seu projeto parental ou se não pretendem, em virtude do fato de que isto é uma decisão dos indivíduos envolvidos e não do Estado e da sociedade.

O que constitui a entidade familiar é a reciprocidade de sentimentos e o companheirismo e não peculiaridades advindas do exercício da liberdade individual. Desta maneira, não é possível deixar de colocar em evidência o princípio da afetividade como um verdadeiro pilar estruturante para todas as questões envolvendo o Direito de Família. Visto que “o princípio da afetividade é uma ferramenta de valor relevante nas relações interpessoais, elemento que repersonaliza e sustenta os

21 CARDIN, Valéria Silva Galdino; CAMILO, Andryelle Vanessa; DE ALCÂNTARA MARCELINO, Andrey. União homoafetiva: novo paradigma de entidade familiar. *Revista Jurídica Cesumar-Mestrado*, v. 8, n. 2, p. 569-580, 2008, p. 574.

22 SANTIAGO, Rafael da Silva. **Poliamor e Direito das Famílias – Reconhecimento e Consequências jurídicas**. Curitiba: Juruá, 2015, p. 14.

23 SANTIAGO, Rafael da Silva. **O mito da monogamia à luz do direito civil constitucional**: a necessidade de uma proteção normativa às relações de poliamor. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília. Orientador: Professor Doutor Frederico Henrique Viegas de Lima, Brasília, 2014, p. 175.

24 ARGONDIZO, Luís Fernando Centurião; VIEIRA, Tereza Rodrigues. **Família poliamorosa: novidade ou realidade? Famílias, Psicologia e Direito**. Tereza Rodrigues Vieira, Valéria Silva Galdino Cardin e Bárbara Cossettin Costa Beber Brunini (orgs). Brasília: Zakarewicz Editora, 2017, p. 446.

elos familiares.”²⁵

Este elemento repersonalizante da afetividade abarca questões tanto de reconhecimento do outro como de si mesmo como detentor de direitos e merecedor de proteção, já que a afetividade instiga o sentimento de empatia. E no contexto familiar isto se acentua, posto que insere o indivíduo em um ambiente que desenvolve seus atributos físicos e psíquicos, uma vez que a família é a instituição baseada no afeto e é também um ambiente repersonalizante.

O não reconhecimento destas uniões poliafetivas é uma real e concreta violação a este princípio da afetividade, pois nega-se completamente o *animus affectus* dos integrantes desta relação, e marginalizam esta união, deixando-os desamparados juridicamente, somente pelo fato de não seguirem o modelo heteronormativo monogâmico.

Soma-se a este não reconhecimento a também violação do direito ao livre exercício da sexualidade e do princípio da liberdade, consagrados pela Constituição Federal de 1988, visto que qualquer pessoa tem o direito de se autodeterminar, desde que não viole direito de outrem.

A dimensão sexual é inquestionavelmente uma questão identitária, que abarca questões envolvendo a pessoa em suas esferas psíquica, moral e social, formando-se como um direito fundamental e também um direito de personalidade, pois tal dimensão é intrínseca e indissociável da pessoa e de sua dignidade.²⁶

Maria Berenice Dias assevera que,

Qualquer discriminação baseada na orientação sexual evidencia claro desrespeito à dignidade humana, infringindo o princípio maior consagrado na Constituição Federal. Não cabe subdimensionar a eficácia jurídica da eleição da dignidade humana como um dos fundamentos do estado democrático de direito. Infundados preconceitos não podem legitimar restrições a direitos, servir de fortalecimento a estigmas sociais de forma a causar sofrimento a muitos seres humanos.²⁷

Desta maneira, determinações administrativas, judiciais ou até mesmo legislativas, que tentam de alguma forma impedir o reconhecimento das uniões poliafetivas de constituírem direitos e deveres advindos desta realidade que se vivencia, é algo totalmente inconstitucional e antidemocráticas, e até mesmo cruéis.

Praticamente se faz uma exclusão de tais pessoas dos direitos referentes à família e as impedem de se realizarem em sua integralidade quando não podem reconhecer sua entidade familiar pela vida judicial ou extrajudicial. “A realização integral da pessoa humana só ocorre com a preservação de sua dignidade, e esta inclui o direito ao livre exercício da sexualidade.”²⁸

25 BENVENUTO, Fernanda Moreira. Do princípio da afetividade e da filiação parental: Uma análise emblemática na construção do vínculo familiar e na proteção da dignidade da pessoa humana. In: POMIN, Andryelle Vanessa Camilo; MORAES, Carlos Alexandre (org.). **Estudos interdisciplinares sobre direitos fundamentais**. v. 2. Maringá/PR: Vivens, 2014, p. 76.

26 CAZELATTO, Caio Eduardo Costa; CARDIN, Valéria Silva Galdino. O discurso de ódio homofóbico no Brasil: um instrumento limitador da sexualidade humana. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 16, n. 3, p. 919-938, 2016, p. 924.

27 DIAS, Maria Berenice. **União homossexual: aspectos sociais e jurídicos**. Disponível em < [http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_653\)5_uniao_homossexual_aspectos_sociais_e_juridicos.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_653)5_uniao_homossexual_aspectos_sociais_e_juridicos.pdf) > Acesso em: 01 mar. 2019.

28 DIAS, Maria Berenice. **União homossexual: o preconceito & a justiça**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006,

A falta ou inexistência de previsão legal que envolva diretamente o tema não faz com que esta situação não possa ser contemplada pela tutela jurídica.²⁹ Este preceito se estende para o Direito de Família, pois mesmo que não se tenha de forma taxativa a possibilidade de reconhecimento destas relações como unidades familiares, isto não pode impedir o seu reconhecimento e a sua proteção. Para que se garantam alguns direitos e se efetive as prerrogativas constitucionais, em suma, fazer justiça, é necessário que se enfrente a lei ou que se criem soluções que possibilitem tutelar tais fatos.

Os ensinamentos de Moscheta³⁰ trazem que os posicionamentos que vão contra o reconhecimento das uniões poliafetivas como entidades familiares estão carregados de moralismo, já que visualizam esta “nova” concepção de relacionamento como forma que desestabiliza o ideário romântico e monogâmico. Assim, as críticas moralistas que permeiam o instituto poliafetivo são mais relacionadas à reação que este causa diante do modelo monogâmico do que propriamente às questões acerca de seus limites e problemas.

Não se pode permitir que uma parcela da sociedade dite e viole direitos já reconhecidos, pois se tem a premissa que a dignidade humana somente se fará atendida se a pessoa for livre para constituir a sua família nos moldes que melhor lhe agradam e satisfazem os demais envolvidos, sem qualquer interferência da sociedade ou do Estado.³¹

O não reconhecimento do Estado ou de sua permissiva para que se possa reconhecer as uniões poliafetivas ofende os princípios da afetividade, da isonomia, da liberdade sexual e o direito ao livre exercício da sexualidade, entre muitos outros, de forma reflexa. É necessário compreender que o Estado e, até mesmo, a sociedade, possuem limites frente à família e não cabe a estes ditar ou impor o que é certo ou errado neste ramo tão sensível e mutável. Não é porque algo vai contra tudo o que se está estabelecido que significa que esteja errado, não se podendo marginalizar tais uniões poliafetivas, devendo estas serem tuteladas e regulamentadas.

4 DO RECONHECIMENTO DAS UNIÕES POLIAFETIVAS COMO FORMA DE EFETIVAÇÃO DA NORMATIVA PRINCÍPIOLOGICA E CONSTITUCIONAL

É consolidado nos atuais dias que a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a promoção do bem-estar coletivo, não se podendo haver qualquer tipo de discriminação, nos termos do art. 3º, IV, da Constituição Federal. Logo, há de se verificar que o princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1º, III, e também o princípio da

p.73.

29 BENVENUTO, Fernanda Moreira. Do princípio da afetividade e da filiação parental: Uma análise emblemática na construção do vínculo familiar e na proteção da dignidade da pessoa humana. In: POMIN, Andryelle Vanessa Camilo; MORAES, Carlos Alexandre (orgs.). **Estudos interdisciplinares sobre direitos fundamentais**. v. 2. Maringá/PR: Vivens, 2014, p. 78.

30 MOSCHETA, Murilo dos Santos. Essa não é mais uma canção de amor: o poliamor como desafio às formas hegemônicas de relacionamento. **Famílias, Psicologia e Direito**. Tereza Rodrigues Vieira, Valéria Silva Galdino Cardin e Bárbara Cossetin Costa Beber Brunini (orgs). Brasília: Zakarewicz Editora, 2017, p. 437.

31 GROENINGA, Giselle Câmara. O direito a ser humano: da culpa à responsabilidade. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha. GROENINGA, Giselle Câmara (Coords.). **Direito de Família e Psicanálise rumo a uma nova epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago Editora. 2003.

igualdade, elencado no art. 5º, caput, colocam uma imposição frente ao Estado e aos demais cidadãos, exigindo-se respeito à diversidade, seja ela qual for.

O legislador constituinte optou por trazer para o contexto constitucional, todas as entidades familiares que existiram no estrato social da época e disso surgiram as famílias constituídas pela união estável e pelas famílias monoparentais.³²

Certas questões da vida privada somente exigem uma posição passiva dos demais, seja de um ente público ou privado, visto que determinados direitos só se perfazem quando se permite a pessoa se expressar e se autodeterminar livremente, sem a interferência de terceiros. Em relação à autonomia da vontade, George Marmelstein aborda que esta tem o objetivo de outorgar a pessoa o seu direito de se autodeterminar, ou seja, de “determinar autonomamente o seu próprio destino, fazendo escolhas que digam respeito à sua vida e ao seu desenvolvimento humano, como a decisão de casar-se ou não, de ter filhos ou não, de definir sua orientação sexual, etc”.³³

Trata-se, resumidamente, de uma liberdade que é conferida à pessoa para que esta possa tomar decisões de sua própria vida, visto que estas não causam prejuízo ao interesse de nenhum indivíduo. É assim que se adentra a temática afetiva envolvendo o poliamor, pois o afeto, que é o identificador e constituidor da família, é uma forma de exteriorização deste direito de se autogovernar livremente.

Há alguns anos, o Supremo Tribunal Federal, ao analisar e julgar em conjunto a ADPF n. 132/RJ e a ADI n. 4.277/DF, atribuiu ao artigo 1.723 do Código Civil de 2002 uma leitura nos termos mandamentais da Constituição Federal, para banir qualquer significado que atente contra o reconhecimento de alguma união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar.

Neste sentido, também se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça no REsp. n. 1.183.378/RS, que, em decisão inédita, reconheceu os diversos arranjos familiares existentes na sociedade, visto que não há possibilidade de negar a estas famílias proteção estatal, independentemente de orientação sexual das pessoas envolvidas, já que todas as pessoas, independentemente de suas particularidades, possuem o mesmo núcleo axiológicos da dignidade humana e também o afeto.

Nesta senda, não podem persistir os argumentos frágeis e preconceituosos contra o reconhecimento de uma união poliafetiva, que somente é mais uma união decorrente de várias pessoas, vários afetos, direcionados a constituir um núcleo familiar, onde possam se desenvolver como pessoas e como família.

Entende parte dos juristas que as uniões poliafetivas podem ser consideradas como entidades familiares, cabendo-lhes receber o mesmo tratamento de qualquer outra unidade familiar, em virtude de princípios basilares do direito, tais como o da dignidade da pessoa humana e o da afetividade, sendo inválida e ultrapassada

32 ROSA, Angelica Ferreira; DE OLIVEIRA, José Sebastião. AS RELAÇÕES POLIAFETIVAS SÃO PERMITIDAS NO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO?. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho - PR, n. 26, p. 197-218, ago. 2017. ISSN 2317-3882, p. 208. Disponível em: <<http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/871>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

33 MARMELSTEIN, George. *Curso de direitos fundamentais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 94-95.

qualquer disposição em contrário.³⁴

De maneira alguma pode-se confundir a poliafetividade com as denominadas famílias paralelas ou, até mesmo, com a prática do crime de bigamia. Pois em um possível casamento poliafetivo seriam três ou mais pessoas exteriorizando as suas vontades de constituir matrimônio, com a lavratura de somente uma certidão de casamento, constando o nome de todos os envolvidos.³⁵

O próprio Conselho Nacional de Justiça-CNJ em sua Resolução n. 40 de 14/08/07, artigo art. 4º, dispõe que qualquer pessoa que esteja sob as condições mínimas exigíveis para firmar um contrato de união e que necessariamente não possua nenhum laço matrimonial anterior poderá se unir a outro e constituí-la a partir de um contrato registrado em cartório de títulos e documentos.

Sendo que, este mesmo órgão proibiu os tabelionatos brasileiros que lavrarem qualquer documento a fim de declarar uma união poliafetiva, logo indo contra seu próprio regulamento. Carneiro e Magalhães elencam que uma escritura desta natureza seria meramente declaratória, apenas constando a vontade das partes em um documento público, e não que este teria efeitos jurídicos.

O estado tem o dever de proteger as famílias, independentemente da formação desta, protegendo assim não só a instituição familiar, mas também a pessoa humana e a sua dignidade. Devendo realizar o acompanhamento e regulamentação do fato jurídico que é a poliafetividade diante da inercia do legislativo e da interferência do CNJ no âmbito privado e íntimo das pessoas.

Assim, a afetividade como um princípio constitutivo do Direito das Famílias¹, abre espaço para uma real proteção e reconhecimento às pessoas que integram uma relação poliafetiva, pautando-se tal tutela dos mandamentos constitucionais e nos direitos humanos e fundamentais. Não podendo mais estas relações, que repercutem no mundo fático e jurídico, continuarem excluídas e marginalizadas. “Não ver essa relação, não lhe outorgar qualquer efeito, atenta contra a dignidade dos partícipes e filhos porventura existentes.”²

Referidas questões envolvendo o poliamor, poliafetividade, heteronormatividade e preconceito, estão longe de serem entendidas em sua completude, e mais longe ainda de serem resolvidas. No entanto, deve ocorrer um despertar jurídico e também legislativo para estas questões, visto que são de extrema relevância para o bem-estar social e individual, não podendo o Estado ficar inerte e deixar desassistidas as pessoas que mais precisam de sua tutela, já que esta é uma realidade concreta e não hipotética, que vai muito além de mero aborrecimento, mas que envolve questões patrimoniais, sucessórios, afetivos e também de filiação.

34 FELL, Elizângela Treméa; SANCHES, Jeniffer Balen. Possibilidade de Reconhecimento da União Poliafetiva como Entidade Familiar e suas Respectivas Implicações Perante o Ordenamento Jurídico Pátrio. **Revista de Direito de Família e Sucessão**, v. 2, n. 2, p. 01-19, 2016, p. 14.

35 VIEIRA, Diego Fernandes; VIEIRA, Tereza Rodrigues. Uniões poliafetivas: uma desconstrução do “princípio” da monogamia em face da proteção da dignidade humana. In: IV Congresso Internacional de Direitos da Personalidade e V Congresso de Novos Direitos e Direitos da Personalidade, 2017, Maringá. **Anais eletrônicos...** Maringá: Unicesumar, 2017. Disponível em: <<https://onedrive.live>>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível se extrair, diante de tudo o que foi exposto, que as transformações principiológicas e, principalmente, sociais, refletem no âmago da entidade familiar. Aumentando-se o grau de liberdade e autodeterminação das pessoas em gerir as suas vidas, fazendo com que os indivíduos comecem a questionar o modelo heteronormativo monogâmico, e a buscar realmente a felicidade da forma que lhes convêm e não na forma que é tradicionalmente estabelecido. É por este motivo que hoje não se fala mais em “Direito de Família”, mas sim em “Direitos das Famílias”, pois não existe somente um modelo de família, mas vários, tendo em vista o pluralismo familiar.

É com este entendimento que se afirma a possibilidade do reconhecimento, sem qualquer discriminação ou diferenciação de tratamento, e em respeito ao princípio da isonomia, das famílias poliafetivas, como sendo um verdadeiro núcleo familiar. Pois a concepção matrimonial do casamento e formação da família já esta deveras ultrapassada, e até mesmo as questões envolvendo a liberdade sexual, que vem rompendo com este molde estabelecido socialmente.

Sendo urgente a necessidade de se entender os limites estatais frente à família e ao seu reconhecimento. Cabe ao Estado apenas reconhecer o fato que já existe e não dizer que aquilo pode ou não pode existir. Pois já é uma existência de fato e que causa efeitos no mundo da realidade. A consequência da recusa em reconhecer a entidade poliafetiva é violação de direitos e princípios e, por óbvio, a perpetuação do sofrimento das pessoas envolvidas nesta relação.

Nessa lógica, não se pode permitir que o heterossexismo continue a estigmatizar, inferiorizar, desumanizar e marginalizar tudo aquilo que foge do modelo por ele imposto, colocando aqueles que vão contra este modelo como sendo anormais, doentes e transgressores de valores morais.

Ter uma compreensão destas relações familiares e conceder-lhes direitos de igual maneira que é para as uniões estáveis, é reafirmar a valorização da dignidade humana, dos princípios e normas constitucionais, e ainda mais em respeito ao elemento fundamental da família, o afeto.

Não se pode perpetuar a aceitação da interferência do Poder Público na constituição e reconhecimento das famílias, sendo que a determinação do CNJ no sentido de proibir os cartórios de declararem a união estável entre mais de duas pessoas é uma afronta a tudo que se prima em um Estado Democrático de Direito. Pois a declaração de vontade que é feita pelo cartório é meramente de natureza declaratória, uma documentação de uma realidade que se vivência e que apenas expressa a vontade das partes.

A sexualidade humana é um dos pontos cardeais da vida de qualquer pessoa, integra intrinsecamente a personalidade desta e envolve questões identitárias que individualizam o ser psicologicamente, moralmente e socialmente. Sendo o desafio da sociedade pós-moderna aceitar as diferenças aos padrões impostos e entender que o diferente não é errado.

Desta forma, a família poliafetiva é de fato uma família e, mesmo diante do não reconhecimento dos direitos e deveres de seus integrantes, a não há impedimento legal para a sua constituição, cabendo ao direito, uma hora ou outra, enfrentar tal questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Sérgio Resende de. Direitos Humanos da Família: dos fundamentais aos operacionais. In: GROENINGA, Giselle Câmara; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). São Paulo: Imago, 2003.

BENVENUTO, Fernanda Moreira. Do princípio da afetividade e da filiação parental: Uma análise emblemática na construção do vínculo familiar e na proteção da dignidade da pessoa humana. In: POMIN, Andryelle Vanessa Camilo; MORAES, Carlos Alexandre (org.). Estudos interdisciplinares sobre direitos fundamentais. v. 2. Maringá/PR: Vivens, 2014.

BITTAR, Carlos Alberto. Os direitos de personalidade. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 12 ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil, Brasília, DF, jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

CARDIN, Valéria Silva Galdino; CAMILO, Andryelle Vanessa; DE ALCÂNTARA MARCELINO, Andrey. União homoafetiva: novo paradigma de entidade familiar. Revista Jurídica Cesumar-Mestrado, v. 8, n. 2, p. 569-580, 2008.

CAZELATTO, Caio Eduardo Costa; CARDIN, Valéria Silva Galdino. O discurso de ódio homofóbico no Brasil: um instrumento limitador da sexualidade humana. Revista Jurídica Cesumar-Mestrado, v. 16, n. 3, p. 919-938, 2016.

DIAS, Maria Berenice. Homoafetividade – o que diz a Justiça!: as pioneiras decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que reconhecem direitos às uniões homossexuais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____. União homossexual: o preconceito & a justiça. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

_____. Manual de direito das famílias. 12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

_____. União homossexual: aspectos sociais e jurídicos. Disponível em < [http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_653\)5_uniao_homossexual__aspectos_sociais_e_juridicos.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_653)5_uniao_homossexual__aspectos_sociais_e_juridicos.pdf)> Acesso em: 01 mar. 2019.

FACHIN, Luiz Edson. Teoria crítica do direito civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

FELL, Elizângela Treméa; SANCHES, Jeniffer Balen. Possibilidade de Reconhecimento da União Poliafetiva como Entidade Familiar e suas Respectivas Implicações Perante o Ordenamento Jurídico Pátrio. Revista de Direito de Família e Sucessão, v. 2, n. 2, p. 01-19, 2016.

GONÇALVES, Diogo Costa. Pessoa e Direitos de Personalidade. Coimbra: Almedina, 2008.

LEHFELD, Lucas de Souza; SANTOS, Luis Ricardo Bykowski dos. A união poliafetiva na literatura, no cinema e na vida real. *Anais do CIDIL*, v. 2, p. 497-517, 2017.

LÔBO, Paulo. *Direito Civil – Famílias*. São Paulo: Saraiva, 2008.

MADALENO, Rolf. *Curso de Direito de Família*. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MADALENO, Rolf. *Direito de família*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MARMELSTEIN, George. *Curso de direitos fundamentais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARMELSTEIN, George. *Curso de direitos fundamentais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MOSCHETA, Murilo dos Santos. Essa não é mais uma canção de amor: o poliamor como desafio às formas hegemônicas de relacionamento. *Famílias, Psicologia e Direito*. Tereza Rodrigues Vieira, Valéria Silva Galdino Cardin e Bárbara Cossettin Costa Beber Brunini (orgs). Brasília: Zakarewicz Editora, 2017.

OLIVEIRA, José Sebastião de. *Fundamentos constitucionais do direito de família*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

ROSA, Angelica Ferreira; DE OLIVEIRA, José Sebastião. AS RELAÇÕES POLIAFETIVAS SÃO PERMITIDAS NO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO?. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho - PR, n. 26, p. 197-218, ago. 2017. ISSN 2317-3882. Disponível em: <<http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/871>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

SANTIAGO, Rafael da Silva. O mito da monogamia à luz do direito civil constitucional: a necessidade de uma proteção normativa às relações de poliamor. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília. Orientador: Professor Doutor Frederico Henrique Viegas de Lima, Brasília, 2014.

SANTIAGO, Rafael da Silva. *Poliamor e Direito das Famílias – Reconhecimento e Consequências jurídicas*. Curitiba: Juruá, 2015.

SOUZA, Lara Marcelino de; RÊGO, Lorena Nogueira. Contornos jurídicos, filosóficos e sociais da monogamia: paradigmas do poliamor no direito de família. *Revista FIDES*, v. 4, n. 2, p. 184-202, 2013.

VIEIRA, Diego Fernandes; VIEIRA, Tereza Rodrigues. Uniões poliafetivas: uma desconstrução do “princípio” da monogamia em face da proteção da dignidade humana. In: IV Congresso Internacional de Direitos da Personalidade e V Congresso de Novos Direitos e Direitos da Personalidade, 2017, Maringá. *Anais eletrônicos...* Maringá: Unicesumar, 2017. Disponível em: <<https://onedrive.live.com/?authkey=%21AJdgzbSFR8Z2Oo&cid=B6EDB449D9498698&id=B6EDB449D9498698%2176834&parId=B6EDB449D9498698%2170708&o=OneUp>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

Recebido em: 23/10/2019.

Aprovado em: 17/11/2019.